

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**ÉDINA AGLIARDI DUARTE**

**CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR NA  
CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

**Porto Alegre**

**2022**

**ÉDINA AGLIARDI DUARTE**

**CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR NA  
CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dra. Daniela Dias Kühn

Coorientador: Maycom Douglas Ferreira do Nascimento

**Porto Alegre**

**2022**

**ÉDINA AGLIARDI DUARTE**

**CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR NA  
CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Orientadora Dra. Daniela Dias Kühn  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi  
UFRGS

---

Prof. Me. Cauê Assis Braz  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família que esteve presente me dando suporte enquanto que eu pesquisava e escrevia. Grata pela colaboração, por entender a ausência em determinados momentos, pelo amor e cuidado no acompanhamento da minha gravidez.

À equipe de orientação pelo suporte necessário, sugestão de leitura e metodologia de trabalho, em especial à professora Daniela Dias Kühn pela enorme compreensão e humanidade quando precisei me afastar por motivos de saúde. Além disso, agradeço por sua incansável atuação na coordenação do curso, juntamente com a professora Rumi Regina Kubo, por estarem sempre dispostas a ouvir e solidárias às demandas dos (as) estudantes.

Agradeço a todos (as) professores (as) e tutores (as) do PLAGEDER por compartilhar o conhecimento, aulas presenciais e online e pela adaptação de conteúdos e avaliações quando se fez necessário.

Ao secretário Jorge Luiz Silveira pela organização, encaminhamentos e disposição na gestão do curso. Agradeço também a toda equipe envolvida na COMGRAD (comissão de graduação de curso) pelas reflexões, atuação e fortalecimento do Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Agradeço a assistente à docência Eliane Fraga Ramos da Rosa e a coordenadora Dilce Eclai de Vargas Gil Vicente, pela dedicação, junto ao polo da FURG em Santo Antônio da Patrulha, e pelo amparo aos estudantes do Bacharel em Desenvolvimento Rural e de outros cursos.

Agradeço aos representantes discentes e a todos (as) estudantes, de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, que atuaram no fortalecimento do curso e conseqüentemente do desenvolvimento rural. As ideias, as críticas construtivas e sugestões foram de suma importância durante esse processo.

Agradeço a todos e todas colegas que dividiram anseios, questionamentos e na construção de aprendizados. E, em especial, aos colegas que formaram grupos de estudos comigo e foram imprescindíveis para a minha bagagem de conhecimento teórico e prático: Anelise Carlos Becker Vieira, Marcelo Nunes Vieira, Simone Zani Beatricci, Mariana Ferrão Pereira Paz e Ricardo Machado de Brito.

**Dedicado a quem rega o chão com o suor da simplicidade!**

**“É melhor morrer na luta que morrer de fome.”**  
**(Margarida Maria Alves)**

## RESUMO

Há dois conceitos que apresentam complexidade e que, ao mesmo tempo, são de grande importância para o debate na contemporaneidade brasileira, Desenvolvimento Rural e Questão Agrária. Termos que necessitam de fortalecimento nos estudos acadêmicos, na gestão pública, nos partidos políticos e movimentos sociais no Brasil como um todo. Esse trabalho tem como objetivo geral analisar como a questão agrária apresentada pelo pensamento de Caio Prado Júnior contribui para a literatura acerca do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo. A metodologia de pesquisa é a revisão bibliográfica da literatura existente sobre a temática da questão agrária no Brasil e as conceituações que definem a análise do desenvolvimento rural. Utilizou-se como recursos livros, artigos científicos e coleta de dados em sites acadêmicos e institucionais. No decorrer do trabalho constatou-se que a questão agrária não foi resolvida no país e que necessita do fortalecimento social na reivindicação de políticas públicas para o campo.

**Palavras-chave:** Questão Agrária. Caio Prado Júnior. Desenvolvimento Rural.

## RESUMEN

Hay dos conceptos que presentan complejidad y que, al mismo tiempo, son de gran importancia para el debate en el Brasil contemporáneo, Desarrollo Rural y Cuestión Agraria. Términos que necesitan fortalecimiento en los estudios académicos, la gestión pública, los partidos políticos y los movimientos sociales en Brasil en su conjunto. El objetivo general de este trabajo es analizar cómo la cuestión agraria presentada por Caio Prado Júnior contribuye a la literatura sobre el debate sobre el desarrollo rural en el Brasil contemporáneo. La metodología de investigación es la revisión bibliográfica de la literatura existente sobre el tema de la cuestión agraria en Brasil y los conceptos que definen el análisis del desarrollo rural. Se utilizaron como recursos libros, artículos científicos y recopilación de datos en sitios web académicos e institucionales. En el transcurso del trabajo se constató que la cuestión agraria no está resuelta en el país y que necesita fortalecimiento social en el reclamo de políticas públicas para el campo.

**Palabras clave:** Cuestión Agraria. Caio Prado Júnior. Desarrollo Rural.



## **LISTA DE GRÁFICO**

**Gráfico 1 - Número de assentamentos agrários criados no período entre 1985 e 2019 ...36**

## **LISTA DE QUADRO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Quadro 1- Obras de referência para se estudar a questão agrária no Brasil .....</b> | <b>30</b> |
|--|-----------|

## **LISTA DE TABELAS**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Tabela 1 - Níveis de Insuficiência Alimentar no Brasil.....</b>               | <b>37</b> |
| <b>Tabela 2 - Percentual da Segurança Alimentar da população brasileira.....</b> | <b>37</b> |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CPJ – Caio Prado Júnior

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DNTR – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

|          |  |    |
|----------|--|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 13 |
| <b>2</b> | <b>DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO AGRÁRIA: ALGUNS ELEMENTOS GERAIS</b> .....  | 16 |
| 2.1      | A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....   | 19 |
| 2.2      | A CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL DE CAIO PRADO JÚNIOR PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....                                  | 22 |
| <b>3</b> | <b>AS DISTINTAS INTERPRETAÇÕES NA LITERATURA EXISTENTE ACERCA DOS ESTUDOS DE CAIO PRADO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL</b> ...  | 25 |
| 3.1      | REFORMA AGRÁRIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA NA TEMÁTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....  | 25 |
| 3.2      | RELAÇÕES DE TRABALHO NO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR: A CRÍTICA AO FEUDALISMO.....  | 27 |
| 3.3      | PRINCIPAIS OBRAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE.....   | 29 |
| <b>4</b> | <b>O DEBATE SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA</b> ..... | 32 |
| 4.1      | CAPITALISMO INDUSTRIAL NO CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO .....  | 32 |
| 4.2      | DESENVOLVIMENTO RURAL NA ATUALIDADE BRASILEIRA .....   | 34 |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 39 |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 42 |

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento rural na contemporaneidade é um assunto complexo, do ponto de vista conceitual, e muitos teóricos buscam uma definição terminológica afim de refletir alternativas, compreender e repensar o espaço rural. Para além da busca de uma significação, é necessário analisar o conceito no tempo e no espaço para perceber as mudanças no decorrer do seu processo histórico.

Outro conceito que faz jus a complexidade de análise, além do Desenvolvimento Rural, é a Questão Agrária, dois importantes termos que necessitam de fortalecimento tanto nos estudos acadêmicos quanto nos partidos e movimentos sociais no Brasil. Embora sejam conceitos distintos e de contextos históricos analiticamente diferentes, por parte dos intelectuais - esses buscam responder as dúvidas e anseios de seu tempo, são objetos que se complementam e contribuem para a compreensão das necessidades do que denominados de “espaço rural” na contemporaneidade.

Para se compreender o desenvolvimento rural, e suas nuances na atualidade dos estudos acadêmicos, bem como seu objetivo frente aos desafios contemporâneos, se faz necessário uma revisão bibliográfica buscando uma definição conceitual, embora complexa, acerca da dimensão dialética até o advento do aporte teórico sobre a questão agrária no Brasil.

Angela Kageyama refere-se ao desenvolvimento rural como “uma base territorial, local ou regional na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio” (KAGEYAMA, 2004, p.388), não sendo espaços estagnados, mas de dinamicidade tendo distintas funções (produtiva: não restrita a somente a agricultura, mas a outras atividades como de serviços, turismo rural, artesanato e processamento de produtos naturais; populacional: com o objetivo de oferta de infraestrutura e de emprego para reter a população na área rural; e ambiental com o objetivo de salvaguardar florestas e meio ambiente de modo geral) que a autora define como multissetorial e multifuncional. Além dessas funções, Kageyama apresenta um conjunto de abordagens que fortalecem o desenvolvimento rural para um estudo mais aprofundado sobre determinada realidade regional.

Schneider argumenta que o debate acerca do desenvolvimento rural no Brasil está impregnado de “sentido político e ideológico que se alimenta e fortalece à medida que a polarização entre os defensores do agronegócio e da agricultura familiar (embora não só esta) ganham destaque e legitimidade” (SCHNEIDER, 2010, p.527). Para além dessas questões, a discussão acerca da temática do desenvolvimento rural foi ganhando força à medida que os

intelectuais foram fortalecendo os estudos e as interpretações da abordagem a partir da década de 1990.

Acrescenta ainda, Schneider (2010), que, de modo geral, há alguns consensos entre os estudiosos, a saber: primeiramente, não se pode reduzir o espaço rural<sup>1</sup> a produção agropecuária, sendo necessário analisá-lo em todos os processos; em segundo, da necessidade de se pensar o desenvolvimento dentro das esferas sustentáveis, aliado à agricultura sustentável na esfera do sistema capitalista; e a terceira perspectiva, “as abordagens parecem concordar que no Brasil o foco das ações do desenvolvimento rural deve ser o combate à pobreza e às múltiplas vulnerabilidades das populações rurais” (SCHNEIDER, 2010, p.528).

Além da aceção conceitual, o aporte teórico sobre o que se discutiu e se debate sobre a questão agrária no Brasil é de suma relevância para análise da trajetória histórica, fato que estrutura as bases para o conhecimento empírico de uma determinada realidade, para se compreender aquilo que se constitui socialmente a atualidade. Nesse sentido, depreende-se a necessidade de se revisar na literatura a seguinte problemática de estudo: que contribuições o pensamento de Caio Prado Júnior traz para a análise da questão agrária na contemporaneidade brasileira?

Caio Prado Júnior foi um importante intelectual marxista brasileiro, nascido em São Paulo no ano de 1907, formado em direito em 1928 e considerado por muitos de seus contemporâneos como um grande historiador e sociólogo. Integrante do Partido Comunista do Brasil (PCB) e militante engajado nas questões políticas, realizou estudos sobre a temática histórica e econômica no Brasil, além de exercer uma valiosa contribuição sobre a temática agrária no Brasil (PERICÁS, 2016). Nessa perspectiva, esse trabalho tem como objetivo geral analisar como a questão agrária apresentada pelo pensamento de Caio Prado Júnior contribui para a literatura acerca do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo.

Como objetivos específicos pretende-se: contextualizar historicamente o período em que Caio Prado Júnior escreveu a obra “A questão Agrária no Brasil” entre os anos de 1960 e 1964; analisar as distintas interpretações na literatura existente acerca dos estudos de Caio Prado sobre a questão agrária no Brasil; perceber a importância do debate sobre a interpretação da questão agrária no Brasil realizada pelo autor para a possibilidade de compreensão do desenvolvimento rural na contemporaneidade brasileira.

---

<sup>1</sup> Na obra “O mundo rural como espaço de vida” Maria de Nazareth Wanderley (2009) reforça a noção de que o mundo rural não deve ser observado como um espaço isolado do conjunto social a que pertence, mas sim deve “ser entendido como um lugar de vida, que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo” (WANDERLEY, 2009, p.18).

O principal instrumento desse trabalho é a revisão bibliográfica da literatura existente sobre a temática da questão agrária no Brasil e as conceituações que definem a complexidade da análise do desenvolvimento rural. Utilizou-se como recursos livros, artigos científicos e coleta de dados em sites acadêmicos e institucionais.

Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfica se fundamenta em fontes confiáveis e concretas através do levantamento de informações existentes. Nesse sentido, a busca de informações será basicamente na obra de Caio Prado “A Questão Agrária no Brasil”, em livros gerais sobre a temática e a busca em sites de busca de universidades, bibliotecas, Google Acadêmico e de periódicos da CAPES, entre outros.

Para a construção desse trabalho buscou-se analisar o contexto histórico e social sobre a questão agrária no Brasil, tendo como embasamento teórico a produção teórica de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária do Brasil na conjuntura de seu período e o debate na contemporaneidade. Assim, no que se refere à abordagem, pretende-se utilizar a pesquisa qualitativa como forma de compreender os aspectos sociais de uma forma dinâmica, na sua realidade temporal. Nesse sentido, “a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.31).

É necessário a interpretação e análise, pois o método qualitativo está direcionado nos “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32). O foco dessa pesquisa não está alicerçado em dados quantitativos, há que se salientar entretanto, que não se descarta a possibilidade desse estudo, uma vez que uma pesquisa deve ser dinâmica e aberta a possibilidades de acordo com os dados coletados.

O primeiro capítulo está subdividido em três subcapítulos que se apresenta na seguinte ordem: Desenvolvimento Rural e a Questão Agrária: alguns elementos gerais; na sequência procurou-se trabalhar a Questão Agrária precisamente no Brasil e após a contribuição original de Caio Prado Júnior para a compreensão da questão agrária no Brasil. No segundo capítulo se expõe as distintas interpretações na literatura existente acerca dos estudos de Caio Prado sobre a questão agrária no Brasil e, por último, a interpretação da questão agrária no Brasil e o desenvolvimento rural na contemporaneidade brasileira.



## 2 DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO AGRÁRIA: ALGUNS ELEMENTOS GERAIS

O conceito de questão agrária no Brasil causou muitos debates no cerne intelectual brasileiro desde meados da década de trinta e ainda causa muita confusão, justamente por ser uma temática que deve ser mais estudada nos meios acadêmicos. José Graziano da Silva em sua obra publicada em 1980 “O que é Questão Agrária”, explana que por vezes o conceito se confundia com questão agrícola se relacionando com a produção de alimentos e não com a problemática em si. Nesse sentido, Silva (1981) sistematiza trazendo à tona a diferença conceitual da questão agrícola como estando ligada “às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz”. Enquanto que “a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz” (SILVA, 1981, p.05).

No artigo intitulado “Caio Prado Júnior e a Questão Agrária no Brasil”, Almeida e Wellen (2018) dialogam sobre o conceito de questão agrária citando Stedile<sup>2</sup>, apontando que esse tema se relaciona com várias problemáticas, tais como concentração fundiária, forças produtivas e a sua relação com “os demais fatores sociais, econômicos, políticos e culturais”. Nesse sentido, observa-se o direcionamento ao qual foi se elencando os estudos sobre essa temática no Brasil.

Andreatta et al In. Beroldt (2009) elucidam, ao debater sobre a questão agrária, que a concentração fundiária é um problema marcante na história do Brasil e que persistiu após a promulgação do Estatuto da Terra.<sup>3</sup> É importante salientar que as estratégias voltadas para o rural, no período militar brasileiro, são permeadas pelo acirramento das desigualdades sociais no campo, tendo o país, nesse contexto, vivenciado o início da modernização da agricultura através da chamada Revolução Verde.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Stedile é um pesquisador contemporâneo e militante sobre a questão agrária no Brasil, natural de Lagoa Vermelha /RS, é oriundo de família agricultora. Formado em Economia pela PUC/RS, pós-graduado pela Universidade Nacional do México, é um dos fundadores e militante do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de participar de organizações como a Via Campesina e da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). Produziu diversos livros sobre a temática do campo (LATINAAMERICANA, 2022).

<sup>3</sup> O Estatuto da Terra foi criado no período ditatorial no Brasil (em 1964), com influência norte americana, com o objetivo de aumentar a dominação dos EUA sobre a América Latina para “promover algumas reformas, como a agrária, com o intuito de prevenir levantes comunistas nos países desta região, no âmbito da Guerra Fria” (MAGALHÃES, 2006, apud ANDREATTA et al In. BEROLDT, 2009, p. 53).

<sup>4</sup> Octaviano citando Ferraz (2010) conceitua a Revolução Verde como “a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas. Embora tenha surgido com a

A Revolução Verde no Brasil vai desencadear várias transformações sociais tanto no meio rural como no espaço urbano, tendo como um dos principais fatores o processo de industrialização que desencadeou o êxodo rural (ANDREATTA et al In. BEROLDT, 2009, p. 53). Assim, além desse grande problema social, a chegada da modernização da agricultura trouxe outras “consequências desastrosas devido ao modelo tecnológico, como é o caso dos agrotóxicos, do adubo sintético, da transgenia, das nanotecnologias, bem como, alterações naturais do solo e ambiente”. Vai ser denominada de “modernização conservadora, porque conservou a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho” (SANTOS, In. NOVAES et al, 2019, p.46).

Sobre o conceito de Desenvolvimento Rural também está carregado de complexidade assim como o de Questão Agrária. Para Navarro (2001), o termo Desenvolvimento Rural se estruturou transitoriamente, ou seja, o seu significado perpassa de acordo com o período histórico a que se dirige. Nesse sentido, analisar a terminologia de Desenvolvimento Rural na década de 1950 não tem a mesma conotação do que refleti-lo hoje. Kühn (2015) reforça a problemática de análise do conceito devido as transformações que o termo perpassa ao longo tempo, sendo necessário contextualizá-lo historicamente. Além dessa questão, Navarro sinaliza para a “relativa ausência de debate”, tanto no meio acadêmico quanto no meio político, sobre o desenvolvimento rural se deve à inexistência no Brasil de “uma consolidada tradição de análise de políticas públicas para o mundo rural” (NAVARRO, 2001, p.86).

Muitos estudiosos que analisaram a expressão Desenvolvimento Rural o dividiram separadamente, tentando primeiramente definir o que é desenvolvimento e o que é o rural para após fazer a junção dos termos. Kühn (2015) problematiza que o termo desenvolvimento por muitas vezes foi tido como sinônimo de crescimento pelos pesquisadores. No entanto, para a autora desenvolvimento ascende a ideia de crescimento econômico e deve “estar associado a outros fatores, como a redução das desigualdades”, acrescenta ainda que países com bons índices econômicos não, necessariamente, resolveram o problema da fome, como o caso do Brasil, pois a questão não é a dificuldade de “produzir alimentos e, sim de fazer com que as pessoas tenham acesso a essa mercadoria” (KÜHN, 2015, p.14).

Para Navarro, pela falta de estudos suficientes acerca da terminologia Desenvolvimento Rural, “há um conjunto de expressões sendo atualmente utilizadas de forma intercambiável,

---

promessa de acabar com a fome mundial, não se pode negar que essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos.” A autora acrescenta ainda que “além de não ter resolvido os problemas nutricional e da fome, a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária e a dependência de sementes, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes” (OCTAVIANO, 2010).

malgrado seus distintos significados” (NAVARRO, 2001, p.86). Assim, o autor sinaliza o conceito de desenvolvimento ligando a três escalas hierárquicas de acordo com cada período e contexto geográfico na seguinte ordem: Desenvolvimento Agrícola; Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Rural.

O primeiro conceito se referia “às condições da produção agrícola e/ou agropecuária” de caráter basicamente produtivo. O segundo termo estava ligado às “interpretações do mundo rural em suas relações com a sociedade maior”, centrando suas análises “nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, no mercados” e etc. Assim, para Navarro, o Desenvolvimento Agrário se dirigia aos aspectos, majoritariamente, “macro-sociais” e de “pouca relevância atribuída aos processos micro-sociais ou da vida cotidiana” (NAVARRO, 2001, p. 87), tendo como base estudiosos de influência marxista. É a partir do anos de 1970, no caso brasileiro, que esses estudos vão seguir essa vertente de análise do Desenvolvimento Agrário. Já a terceira expressão, Desenvolvimento Rural, varia de acordo com o período, mas assim como as demais expressões, também está ligado a ideia de “melhoria do bem-estar das populações rurais”, a diferença estaria nas “estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas.” (NAVARRO, 2001, p.88).

Desenvolvimento Rural, nos anos de 1970, estava ligado ao aumento da produtividade através de insumos e do rendimento dos produtores, da lógica da Revolução Verde, não sendo portanto a mesma definição para o que se entende por Desenvolvimento Rural posteriormente (NAVARRO, 2001). Schneider (2010) também confirma essa análise, apontando que o Desenvolvimento Rural foi associado, por muito tempo, as ações intervencionistas do Estado e da esfera internacional sob regiões rurais pobres que não conseguiam se adaptar a modernização agrícola. Esse olhar resultou no afastamento de pesquisadores sobre o tema por considerarem “excessivamente político e normativo”.

A mudança desta abordagem sobre o Desenvolvimento Rural será somente a partir da década de 1990, no qual o tema passa a “ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens”. Schneider observa que esse processo de modificação do viés analítico teórico será devido as “transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques dos próprios estudiosos e analistas”. Nesse sentido, esse novo paradigma vai contribuir para as discussões sobre o Desenvolvimento Rural e “desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a

reforma agrária, o crédito para a agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros. (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

## 2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A temática sobre a questão agrária no Brasil está intrinsicamente ligada à estrutura ao qual a desigualdade social se constituiu historicamente e se desenvolve no país. Nesse sentido, ela esteve no debate grandes estudiosos como “Nelson Werneck Sodré (2005), Caio Prado Júnior (1970, 2014), Inácio Rangel (2005) e Florestan Fernandes (1975)” (ALMEIDA; WELLEN, 2018, p. 06) que estavam tentando responder a distintos questionamentos provenientes “da colonização, do regime escravocrata, das fazendas, do engenho, da senzala, dos quilombos, da Lei de Terras, do coronelismo, do patrimonialismo, da abolição, bem como os oriundos da organização da produção, do trabalho, do comércio e do Estado (ALMEIDA; WELLEN, 2018, p. 06).

João Pedro Stedile aponta que este conceito é respondido por distintas áreas do conhecimento de acordo com o viés analítico de cada ciência. Entretanto, a abordagem que o autor melhor define para a terminologia é como um “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2012, p,17).

Os estudos sobre a questão agrária no Brasil se fortalecem principalmente na década de 1960 e um dos principais teóricos é Caio Prado Júnior que escreve diversos artigos no período entre 1960 e 1964 resultando na obra “A Questão Agrária no Brasil” que foi revista e publicada posteriormente. Nesta obra, o autor lança as principais contribuições para a análise da questão agrária no Brasil, entre elas a reforma agrária, a concentração da terra, exploração do trabalhador rural e a pobreza (PRADO JÚNIOR, 2014).

A Questão Agrária, por ser uma temática complexa, necessita que se situe historicamente para compreender a realidade do Brasil na contemporaneidade, ou seja, as raízes da desigualdade social estão profundamente ligadas a forma como se constituiu o processo de colonização no país. Para Rocha e Cabral (2016) o monopólio da terra se originou desde o século XVI através das chamadas Capitânicas Hereditárias sendo o Brasil dividido em “quinze extensões de terra que tornaram-se propriedades de fidalgos portugueses. A estrutura fundiária brasileira de grande propriedade formou-se a partir daí” (ROCHA; CABRAL, 2016, p. 76).

Como observa-se, o Brasil, enquanto instituição burocrática, foi fundado nas bases da exploração do território, da matéria-prima existente, da mão de obra escrava dos povos

indígenas e posteriormente dos africanos e afro-brasileiros. As terras foram doadas a nobres que representavam a coroa portuguesa, pelo regime de sesmarias<sup>5</sup>, com intuito de delimitar o território, desrespeitando a existência (de uma estimativa) “de dois a quatro milhões” de indígenas no momento da chegada dos portugueses (MONTEIRO, apud ALMEIDA, 2010, p.29).

Para Ligia Osorio Silva (1997) o regime de sesmarias não conseguiu impedir a existência de grandes latifúndios improdutivos. Entretanto, este não foi o único fator preponderante na existência das terras improdutivas posteriormente, mas aliado a existência do monocultivo alicerçado no trabalho escravo no Brasil.

Com o desígnio de retomar as terras devolutas aos domínios públicos (no período imperial), em 1850 foi criada a Lei de Terras devido a ocupação da iniciativa privada, tendo como principal fomento “os desdobramentos da cessação do tráfico de escravos e no desejo de estimular a imigração estrangeira”. Além desses fatores, a tentativa de se combater a disputa de terras entre posseiros e sesmeiros (CARVALHO, apud SILVA, 1997, p. 17).

No início do século XIX o regime de sesmarias é extinto e como não havia outra legislação que regulasse a posse das terras devolutas ocorre uma rápida expansão dos sítios de pequenos produtores. É então em meados desse mesmo século que o regime escravocrata começa a entrar em decadência. As pressões para abolição da escravatura e, conseqüentemente, para substituir o trabalho escravo pelo assalariado pressionam a Coroa que promulga em 1850 a primeira lei de terras do Brasil - Lei nº 601 de 1850 - que “implanta”, se assim podemos dizer, a propriedade privada de terras no país fundamentando juridicamente a transformação da terra em mercadoria (FIORINI, 2022, p. 14).

A Lei de Terras não cumpriu com o objetivo a que se propunha, conforme aponta Silva (1997) por dois motivos: primeiramente, os ocupantes da terra é que ficavam responsáveis pela delimitação do território, somente após esse processo é que poderia promover a colonização e, em segundo lugar, a legislação não era clara no que se refere a posse da terra, “pois embora isto estivesse contido no artigo 1º, outros artigos levavam a supor que a ‘cultura efetiva e a morada habitual’ garantiriam a permanência de qualquer posseiro, em qualquer época, nas terras ocupadas” (SILVA, 1997, 17).

Conforme evidencia Rocha e Cabral (2016, p. 77) estava instituído na Lei de Terras que “qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras”. No entanto, a consolidação do bem privado se daria através de pagamento ao Império. Nesse

---

<sup>5</sup> As sesmarias foi uma prática utilizada no reino português, com o objetivo de resolver a crise de abastecimento tornando a terra produtiva, que foi trazida para o Brasil. “O sesmeiro (aquele que recebia a terra) tinha cinco anos para torná-la produtiva, devendo esta retornar ao senhor original (a coroa portuguesa) caso esta exigência não fosse cumprida. Este é o sentido original do termo terras devolutas – terras concedidas e não aproveitadas que retornavam ao doador. Entretanto, no vocabulário jurídico brasileiro este termo passou a ser usado como sinônimo de terra vaga, não apropriada, patrimônio público” (SILVA, 1997, p.16).

sentido, a posse da terra reafirma a construção histórica da desigualdade social, nos preâmbulos da esfera capitalista brasileira, pois somente aqueles indivíduos com poder aquisitivo manteriam a apropriação da terra.

Na história mais contemporânea do Brasil, no contexto das décadas de 1950 e 1960, se constitui a noção de que a questão agrária precisa ser resolvida devido aos inúmeros problemas sociais existentes no meio rural “miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infraestrutura”, considerados, pelos governantes, como fortes obstáculos ao processo de industrialização e desenvolvimento no período (GRYNSZPAN, apud NATIVIDADE, 2013, p.31).

A temática da reforma agrária e a sindicalização passaram a estar presentes nas propostas de Estado e da sociedade civil, surgindo assim os sindicatos corporativistas como a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) em janeiro de 1964, fruto da disputa entre representantes da classe trabalhadora rural, partidos políticos e o patronato rural, entre outros” (RAMOS, apud NATIVIDADE, 2013, p.32).

Presencia-se entre os anos de 1946 a 1964 (período democrático) uma maior participação dos trabalhadores do campo na busca por melhores condições de vida e de acesso à terra. No governo de João Goulart estava entre as propostas de Reforma de Base, a inclusão da política de reforma agrária, denotando um período de mais participação social. Exemplo disso, foi a realização, em novembro de 1961, do Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, contando com a participação das Ligas Camponesas<sup>6</sup>, do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), do movimento sindical e estudantil, além da presença do próprio presidente Jango, entre outros políticos (NATIVIDADE, 2013). No entanto, com o golpe militar, todo esse processo de construção social foi sucumbido.

---

<sup>6</sup> As Ligas Camponesas foi um movimento social do campo que eclodiu em Pernambuco (no município de Vitória de Santo Antão) no ano de 1955 e finalizou no início da ditadura militar. Surge com a denominação de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. No seu contexto inicial, era uma sociedade civil beneficente, formada no Engenho Galiléia, com o objetivo de fundar uma escola primária e arrecadar fundos para a compra de caixões destinados às crianças que morriam em grande proporção. No decorrer do processo, a Sociedade Agrícola torna-se em Liga Camponesa da Galiléia, como um ato de resistência, devido a proibição da criação da escola por parte do proprietário do latifúndio (IANNI in. STEDILE, 2005).

## 2.2 A CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL DE CAIO PRADO JÚNIOR PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Nesse subcapítulo pretende-se apresentar a obra *A Questão Agrária no Brasil* de Caio Prado Júnior, que foi, na verdade, uma coleção de artigos originalmente publicados na *Revista Brasiliense* entre os anos de 1960 e 1964. O autor salienta que justamente nos anos que antecederam a ditadura havia um crescente interesse sobre essa temática e o início da pressão popular para a concretização “da reforma de nossas estruturas agrárias e relações de trabalho rural” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.283).

Caio Prado Júnior por ter uma formação multidisciplinar; desde as ciências sociais à economia, além de sua importante militância política no período em que viveu; escreveu sobre a questão agrária no Brasil de uma forma muito engajada e preocupada, com intuito de trazer possíveis soluções para a problemática agrária. Sua produção historiográfica é de uma leitura densa e voltada para dados econômicos, sem ser um trabalho metódico.

Um dos eixos de extrema preocupação de Caio Prado Júnior são as distintas relações do trabalho no campo. Em grande parte de sua obra, manifesta em seus registros, o quanto o trabalhador do meio rural precisa conquistar direitos trabalhistas para se igualar ao proletário urbano, que segundo o autor, estaria em desvantagem social em comparação aos cidadãos. Entretanto, os baixos rendimentos dos trabalhadores rurais deprime ainda mais “os níveis de salários urbanos” e observa-se que os níveis de vida do trabalhador rural estão “sempre muito abaixo do trabalhador menos qualificado de qualquer outro setor” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.335).

O formato como o trabalhador rural recebia sua remuneração foi dividido em três formas de acordo com o pensamento de Caio Prado Jr: “pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar, com culturas próprias ou ocupar com suas criações, terras do proprietário” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 335). Entretanto, essas formas de trabalho não são fixas e depende muito de cada região brasileira, apresentando o autor as diferenças dessas relações de trabalho em distintos lugares e culturas.

O pagamento dado ao trabalhador em parte do produto ou pela concessão do uso da terra para produção de suas próprias culturas caracteriza-se nas palavras do Prado Jr como “prestação de serviços”, no qual o único beneficiário é o dono da propriedade. O fato do trabalhador fazer uso da terra do proprietário é um instrumento de fixá-lo “na propriedade e tornar assim a prestação de serviços de que o proprietário tem necessidade mais estável e segura”. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 337). Além disso, essa forma de remuneração tira do trabalhador a

autonomia, pois a terra continua sob o poder do proprietário, “ficando assim confinados a um relativo isolamento que influi fortemente no seu estatuto jurídico pessoal” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.361). Acrescenta-se a isso, o fato de pagar salários somente em períodos sazonais, ficando o empregado disponível o ano todo na propriedade sem ônus ao proprietário e de acordo com suas necessidades (PRADO JÚNIOR, 2014).

No Nordeste dá-se a esse tipo de relações de trabalho a designação de “condição” (“trabalhador de condição”). Consiste essa “condição” na obrigação imposta ao trabalhador a quem foi concedido terreno para uso próprio de dar tantos ou quantos dias de trabalho ao empregador. Esses dias de trabalho são em regra pagos a preço inferior ao nível corrente na região e às vezes são concedidos gratuitamente, isto é, não são remunerados (PRADO JÚNIOR, 2014, p.362).

A análise caiopradiana sobre essas relações de trabalho é bem complexa, pois o autor não avalia a condição do trabalhador cultivar culturas próprias nas terras do proprietário somente por uma perspectiva negativa. Mesmo sendo vantajoso ao empregador, traz um certo benefício ao trabalhador rural o fato de produzir o seu sustento e da família, comparando com os trabalhadores de canaviais que foram perdendo a possibilidade de cultivo nas terras do proprietário conforme a extensão da lavoura foi ocupando espaços antes utilizados pelos empregados para o plantio (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 362).

Há que se ressaltar, entretanto, que a substituição de distintas formas de remuneração pelo salário não constitui, necessariamente, em um processo vantajoso para o trabalhador rural dependendo da região. Prado Jr cita alguns exemplos de perda de direitos, como é o caso observado na pecuária do sertão nordestino, no qual o pagamento denominado de “quarta”<sup>7</sup> foi substituído pelo salário fixo devido ao mercado da carne ter aumentado e se tornado mais lucrativo. Nessa situação exemplificada pelo autor, o pagamento de salário passou a ser mais vantajoso do que o pagamento pela “quarta” do gado. Desta forma, o lucro do proprietário é o que prevalece sobre as relações de trabalho (PRADO JÚNIOR, 2014, p.339).

No decorrer da obra, Prado Jr aponta para a necessidade de se ter um estatuto do trabalhador rural afim de assegurar condições justas de trabalho, tendo dedicado um capítulo para discutir a questão legal social trabalhista. Em sua escrita anuncia, com certa surpresa, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (publicado no Diário Oficial no dia 18 de março de 1963 sob a lei de número 4914). Declara que transitava no Congresso Nacional vários

---

<sup>7</sup> O pagamento por “quarta” foi uma prática utilizada desde o período colonial, onde o senhor pagava ao vaqueiro (trabalhador livre) através de reses de gado. Assim, a cada quatro crias, uma era paga ao vaqueiro que deveria “entregar o plantel com o mesmo número de cabeças que recebeu e o excedente, dividido, pela quarta parte, entre proprietários e vaqueiro. Assim, era como arrendar os animais e o trabalho de criação, contra o direito do arrendador tirar daí sua paga. O gado representava um pecúlio sobre o qual o vaqueiro aplicava seu trabalho, retirando em troca 1/4 do gado excedente e entregando ao criador um rebanho ampliado” (SILVA, 1997, p.134).



projetos relativos ao trabalhador rural. No entanto, não havia notícias seguras sobre isso, pois as informações veiculadas na imprensa sobre essa temática eram escassas. Além disso, a falta de debate e conhecimento da opinião pública deixavam o assunto sem efetivação prática (PRADO JÚNIOR, 2014).

Prado júnior anuncia grande preocupação para o que poderia acontecer com o Estatuto da mesma forma que ocorreu com a Consolidação da Legislação Trabalhista de 1943 no que diz respeito aos benefícios que “são legalmente assegurados ao trabalhador rural e que permanecem até hoje letra morta, como o salário mínimo” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.404). Caio Prado era um militante de esquerda, mas nem por isso deixava de criticar aquilo que considerava equivocado, demonstrando anseios quanto ao Estatuto. Para a perspectiva caiopradiana o projeto deveria ter sido melhor analisado, concentrando mais energia e interesse “por parte das forças políticas de esquerda e progressistas” afim de evitar “graves insuficiências em que infelizmente incide a lei promulgada” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 404). O que Caio Prado critica é que o Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado sem debate e análise das peculiaridades trabalhistas, dando margem para que as distintas relações de trabalho continuassem sob o jugo da exploração pela legislação não atender as especificidades da demanda dos trabalhadores rurais.

O que se observa nas apreciações caiopradianas é que havia uma maior preocupação, por parte da esquerda, com a divisão da propriedade fundiária do que com a legislação social-trabalhista, que para o autor, só seria possível a reforma agrária, se houvesse a formação de uma extensa base social reivindicatória, caso contrário, não se concretizaria a mudança das grandes estruturas agrárias já constituídas. Caio Prado considera que as reivindicações dos trabalhadores rurais estavam limitadas à busca por melhores condições de trabalho e isso não resultaria na divisão da propriedade fundiária, sendo considerada por ele, ingenuidade uma mudança de tamanha proporção sem o fortalecimento social.

### **3 AS DISTINTAS INTERPRETAÇÕES NA LITERATURA EXISTENTE ACERCA DOS ESTUDOS DE CAIO PRADO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Nesse capítulo será apresentado alguns preceitos sobre o pensamento caiopradiano no que tange a elementos relativos a reforma agrária, as relações de trabalho, o conceito de feudalismo e sugestões de obras para se compreender a questão agrária no Brasil.

#### **3.1 REFORMA AGRÁRIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA NA TEMÁTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Conforme aponta Rocha e Cabral (2016), por vezes ao se falar em questão agrária o assunto se direciona para a temática da reforma agrária, embora os temas estejam relacionados, os conceitos são distintos, pois a reforma agrária é uma política pública, ou seja, uma das problemáticas a serem resolvidas dentro da questão agrária. Essas questões devem ficar muito bem elucidadas, pois como observa-se nos estudos de Caio Prado Júnior, a questão agrária no Brasil perpassou por distintas análises por esse teórico e, entre elas, a reforma agrária foi uma delas. Mendonça também afirma haver a existência dessa confusão terminológica e que isso não acontece de uma forma “ingênua”, mas que tem objetivos políticos de ocultar a realidade, pois a questão agrária é “tão antiga quanto a conquista portuguesa” no Brasil, enquanto que a reforma agrária é “mais recente, de meados da década de 1950” e que parte da “confluência entre os movimentos populares do campo e o discurso estatizado” (MENDONÇA, 2010, p. 79).

Para Caio Prado Júnior a grande exploração, ao qual ele denomina de economia agromercantil, e a concentração da propriedade fundiária (que é causa da primeira), aliado a formação histórica e geográfica do Brasil, com larga disponibilidade de terra e de formação escravocrata através do uso de mão de obra indígena e, posteriormente, abastecida com o tráfico africano e por último (após a abolição) com o trabalho barato de quem aqui vivia, fortalecido com o processo imigratório, são os principais fatores da falta de acesso à terra no país, justificando o porquê da grande massa da população não ter tido condições de “disputar para si o patrimônio fundiário da nação” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.299).

O termo reforma agrária no pensamento caiopradiano pode ser definido pelo pensador como a “elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.358), estando para o autor, ainda muito longe de se alcançar esse objetivo por grande parte dos indivíduos, apontando que “a grande massa dos trinta e tanto milhões de brasileiros que vivem no campo e tiram seu sustento do trabalho da

terra se encontra em nível de miserabilidade” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 358). Observa-se que Caio Prado, em sua análise, revela a preocupação com as condições de vida das pessoas que vivem no espaço rural, para ele é necessário refletir a reforma agrária com todos esses aspectos que melhorem as condições de vida das pessoas.

Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma a grande massa da população brasileira. E o primeiro e principal passo, no momento, para sairmos dessa situação ao mesmo tempo dolorosa e humilhante para o nosso país, é sem dúvida alguma a modificação das condições reinantes no campo brasileiro e elevação dos padrões de vida humana que nele dominam. É isso, portanto, que deve centralmente objetivar a reforma agrária (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 358).

Ligando à temática da terra enquanto distributiva ou divisão, nos estudos de Prado Jr não basta apenas combater o latifúndio improdutivo como algo isolado, para ele não havia uma definição exata do conceito de improdutivo que poderia ser tanto terras inabitadas, de pastagens ou quanto reservas de terra de grandes proprietários. Com isso, o autor não está se declarando contra a luta do latifúndio improdutivo, mas sim confirmando que é “efetivamente um grande mal a ser combatido”. No entanto, “não pode ser isolado e separado, no combate que contra ele se pretende, das demais circunstâncias que tornam possível sua existência” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.351). Assim, Prado Jr aponta para a necessidade de se ampliar a luta pela reforma agrária não somente através da divisão de terra, mas através da “extensão da legislação social - trabalhista para o campo, isto é, de proporcionar ao trabalhador rural proteção legal adequada que lhe assegure melhores condições de vida” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 359).

Outra questão importante trazida na obra caiopradiana no que se refere a legislação, mais precisamente o artigo 147 da Constituição Federal<sup>8</sup>, sobre o uso a propriedade destinado ao bem estar social. Caio Prado critica o artigo no que tange “justa e prévia indenização em dinheiro” que segundo o pensador não se caracteriza como justiça social, uma vez que gera “desequilíbrios e desajustamentos financeiros insuportáveis para a economia nacional”. Além disso, não atinge a “coletividade e a nação, o enriquecimento considerável de uma pequena minoria – os antigos proprietários rurais -, em prejuízo e à custa das demais classes e categorias

---

<sup>8</sup> A legislação ao qual Caio Prado se refere é a Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Sobre o artigo 147, a lei considera que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.” Além disso, é citado no parágrafo 1º que “para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas” (BRASIL/PLANALTO, 2022).

da nação”. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 380). Assim, Caio Prado considera a legislação como contraditória, pois não há justiça a indenização paga em dinheiro.

Mendonça (2010, p. 78) aponta para a necessidade de perceber a reforma agrária “como fruto de uma decisão política do Estado para tentar solucionar algo bem mais amplo, a questão agrária”. Nesse sentido, esse posicionamento vai de encontro ao pensamento caiopradiano no que se refere a não observar os distintos fatores apenas por uma perspectiva, ou seja, de forma isolada. Além disso, a autora considera a questão agrária como problema estrutural e que não se resolve “apenas com medidas de política agrícola ou social, já que seus efeitos, fatalmente serão destruídos pela estrutura fundiária defeituosa” (MENDONÇA, 2010, P.79).

Na análise mais atual, Stedile In. CALDART et al (2012, p.665) considera que nunca houve reforma agrária no Brasil devido ao aumento anual da concentração da terra. Segundo o autor, “os índices de Gini relativos a 2006, medidos pelo censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que a concentração é maior agora do que em 1920”. O histórico do país, aliado a falta de políticas públicas, fizeram com que a desigualdade da terra fosse se acentuando ainda mais no decorrer no contexto do século XX.

Ainda, segundo Stedile In. Caldart et al (2012), no governo de Jango houve a tentativa de reforma agrária, mas o projeto foi sucumbido com o golpe de estado. Durante o período militar, foi priorizado “apenas programas de colonização, distribuindo as terras públicas na fronteira agrícola da Amazônia Legal para camponeses sem-terra e, sobretudo, para grandes fazendeiros e empresas capitalistas do Centro-Sul” (STEDILE In. CALDART et al, 2012, p. 665).

### 3.2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR: A CRÍTICA AO FEUDALISMO

Segundo Silva (2018) a chegada do pensamento marxista no Brasil é por volta do ano de 1922 com a criação do PCB<sup>9</sup>, antes disso, Marx e Engels não eram tão notórios no Brasil. Nesse período, emergia nos centros urbanos do país, no contexto político, a formação da classe operária e a influência da Revolução Russa. Em 1924 o PCB passa a fazer parte da III

---

<sup>9</sup> O PCB foi fundado com a nomenclatura de Partido Comunista do Brasil. No entanto, em 1961, com o objetivo de “conseguir a legalidade perante a justiça eleitoral brasileira, que alegava que Partido Comunista do Brasil significava que ele não era um partido nacional, mas a filial de um partido estrangeiro, os dirigentes do PCB optaram por mudar o seu nome para Partido Comunista Brasileiro” (SEGATTO, apud SILVA, 2018, p. 55).

Internacional e isso vai refletir em um “modelo” de revolução para a América Latina com base na formação histórica europeia.

Esses antecedentes sobre a formação ideológica do PCB são importantes para analisar como o pensamento teórico de seus membros se constituiu no Brasil, especialmente sobre a questão agrária. No VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, “foi apresentada a leitura de que a América Latina era dominada pelo imperialismo e marcada por fortes reminiscências de feudalismo e de pré-capitalismo (SILVA, 2018, p.57).

Prado Júnior lança na esfera social brasileira uma abordagem que contrapõe as ideias do partido ao qual ele fazia parte, o PCB, quanto à questão agrária no Brasil. Como historiador desmitifica a tese, até aceita por outros teóricos marxistas do período, de que no Brasil houve relações feudais antes do capitalismo. O interessante é que a crítica vem de um teórico marxista como Prado Júnior que analisa a conjuntura econômica brasileira de acordo com as suas especificidades e não de uma abordagem eurocêntrica.

Para Prado Jr não existiu o denominado feudalismo nas relações de trabalho no espaço agropecuário brasileiro, assim como membros do PCB apontaram tentando transferir para a realidade brasileira contextos históricos e sociais advindos da Europa. Embora pudesse existir relações de trabalho no Brasil que se assemelhasse aos “restos feudais” como apontou o pensamento caiopradiano, o que prevaleceu no Brasil foi o pagamento por salário marcado por um “mercado livre de trabalho”, na qual “a mercadoria é a força de trabalho”, sendo a “transação puramente monetária, isto é, com pagamento em dinheiro”, salvo em algumas situações circunstanciais (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 340 e 341).

Assim, Caio Prado Jr considera impróprio a utilização de relações feudais na esfera do trabalho agropecuário brasileiro. Para o pensador, o que existiu na história do Brasil foi a escravidão, tendo essa servido de base para a economia mercantil. Com o processo de abolição da escravatura, houve a continuidade na exploração do trabalho, pois as classes dominantes procuraram “se aproveitar da tradição escravista ainda muito próxima e viva” para oprimir o trabalhador. No entanto, o autor pondera que isso não deve ser considerado como feudalismo, pois provoca confusões acerca dos estudos sobre a questão agrária, “levando a conclusões teoricamente falsas e inconvenientes na prática” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 342).

Para exemplificar de que não houve no Brasil as relações feudais, Caio Prado traz o exemplo da meação<sup>10</sup>, tida como uma das relações de trabalho que antecedeu o pagamento por

---

<sup>10</sup> A meação pode ser compreendida como a “metade da produção para o trabalhador e a outra metade para o proprietário. O proprietário cedia a terra, com os cafezais danificados pelas geadas, para que os parceiros (meeiros) plantassem milho, feijão e arroz, na ordem de 50% para cada um, até que os cafezais estivessem em condições de

salário por defensores do feudalismo no Brasil, assim como Alberto Passos Guimarães<sup>11</sup>. CPJ salienta que, no caso de São Paulo, por exemplo, a cultura do café foi introduzida antes do algodão, sendo o trabalho nos cafezais pagos em salário e do algodão com base na meação. Nesse sentido, o pensador questiona como essas relações de trabalho assalariado poderiam ter vindo antes do feudalismo, confirmando assim a inexistência no país dessas relações feudais (PRADO JÚNIOR, 2014).

### 3.3 PRINCIPAIS OBRAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Nesse subcapítulo será exposto algumas obras sobre a temática da questão agrária no Brasil e uma breve apresentação (resumo) do que foi escrito afim de introduzir a temática ao leitor (a). Entretanto, o principal desígnio é demonstrar distintas produções da literatura existente, ao longo do tempo, que revelam a complexidade e a importância da temática.

No processo de averiguação sobre a temática escolhida foi selecionado algumas obras através de busca em sites de pesquisa. No entanto, nem todas os livros estão disponíveis na internet, salvo alguns volumes dos livros organizados por João Pedro Stedile. Nesse sentido, a título de disposição de algumas obras selecionadas, foi organizado o quadro 1 com as principais obras de pesquisa inicial na elaboração desse trabalho.

Para a compreensão do debate contemporâneo, as obras “A Questão Agrária no Brasil” volumes dois e cinco, organizadas por João Pedro Stedile ajudam a elucidar a temática. Percebe-se de acordo com essa literatura que a “questão agrária” ainda não está resolvida em termos conceituais e muito menos em termos sociais. De acordo como exposto por Mendonça (2010, p. 78), a questão agrária está sob a ótica de um problema institucional interligado com fatores de ordem jurídica, política e cultural que resultam de outros três processos: do “alto grau de concentração da propriedade; a existência de uma vasta população no campo destituída de terra; e a chamada “juridicização” do “problema agrário”, sobretudo a partir da década de 1980”.

---

produzir novamente. O contrato de parceria, a exemplo do colonato, era de um ano agrícola, e poderia se estender por mais anos conforme o entendimento das partes. A duração do regime de parceria em uma propriedade equivalia ao tempo de reprodução dos cafezais e poderia se prolongar de um a três anos” (PRIORI et al, 2012, p. 110).

<sup>11</sup> Alberto Passos Guimarães (1908-1993) nasceu em Maceió/Alagoas. Assim como Caio Prado Júnior era cientista social e militante do PCB. No entanto, os recursos familiares os diferenciavam. Guimarães era proveniente de uma família sem muitos recursos financeiros, tendo largado os estudos aos nove anos de idade para ajudar o seu pai. Sem formação acadêmica torna-se um autodidata e um dos estudiosos da questão agrária no Brasil, publicando em 1963 a obra Quatro Séculos de Latifúndio (SILVA, 2008).

**Quadro 1- Obras de referência para se estudar a questão agrária no Brasil**

| <b>Título:</b>   | <b>Ano:</b>   | <b>Autor (a):</b>   | <b>Principais assuntos:</b>  |
|--|---|---|--|
| A questão Agrária no Brasil  | Escrito entre os anos 1960 e 1964, publicado em 1978. | Caio Prado Júnior   | Questões agrárias no Brasil envolvendo assuntos relativos a reforma agrária; economia brasileira; desigualdade social no campo; debate intelectual sobre o feudalismo.       |
| Caio Prado Júnior: uma biografia política  | Publicado em 2016                                     | Luiz Bernardo Pericás   | Biografia e contextualização política e histórica da vida de Caio Prado Júnior; atuação e militância no PCB; socialismo; ditadura militar.                                   |
| Marxismo e Escrita da História: os intelectuais e a questão agrária no Brasil (1950/1960)      | Publicado em 2018                                     | Ricardo Oliveira da Silva   | Questão agrária nas obras de Karl Marx, Karl Kautsky e de Vladimir Lenin; os intelectuais brasileiros e o PCB; marxismo no Brasil; classes sociais; estrutura agrária.       |
| A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990) | Publicado em 2010                                     | Sonia Regina de Mendonça<br>Org. João Pedro Stedile   | Questão agrária e reforma agrária; modernização da agricultura; União Democrática Ruralista: origem, organização e atuação.  |
| A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)                                  | Publicado em 2012                                     | Organizado por João Pedro Stedile<br>A obra é escrita por diversos intelectuais sobre a questão agrária na contemporaneidade. | Agricultura brasileira; feudalismo; capitalismo; análise da obra “A revolução brasileira” de caio Prado Júnior; formação do proletariado no Brasil rural; regime escravista. |

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora

Na obra “Marxismo e Escrita da História: Os intelectuais e a Questão Agrária no Brasil (1950/1960)” Silva (2018) traz um excelente recorte teórico sobre as raízes do debate marxista sobre a questão agrária, apresentando também as principais obras e as interpretações de Karl Marx, Karl Kautsky e Vladimir Lenin, cada um no seu contexto histórico e geográfico.

Tanto Caio Prado Jr quanto Alberto Passos Guimarães são guiados pela tradição marxista no período correspondente as décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2018), isso vai interferir na produção escrita sobre a questão agrária no Brasil, como já apontado no decorrer desse trabalho no que se refere a linha de pensamento. No entanto, Prado Jr vai seguir uma linha

mais crítica contrapondo ideias do PCB no que tange a conceitos e formas de análise comparadas a modelos europeus.

Uma apreciação mais atualizada sobre a questão agrária no Brasil, na perspectiva marxista, apontada por Stedile In. CALDART et al (2012) é a forma como “a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza ocasiona graves problemas agrários” nas esferas “econômica, social, política e ambiental”. Um dado bem preocupante apontado pelo autor, sobre uma dessas problemáticas, é no que tange a concentração da propriedade da terra, que segundo ele, apenas 1% dos proprietários controlam 46% das terras. Além disso, “80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva”, ou seja, as chamadas commodities. A agricultura brasileira está, assim, atrelada a dependência econômica externa e submetida ao “controle do mercado, dos insumos e dos preços pelas empresas agrícolas transnacionais” (STEDILE In. CALDART et al, 2012, p. 645).

A base teórica marxista contribui para o entendimento de uma determinada realidade socioeconômica, trazendo à tona tanto fatores internos quanto a interferência externa em uma determinada nação. Silva (2018, p. 18) assinala no que tange a questão agrária, os estudos de Karl Marx, Karl Kautsky e de Vladimir Lenin, possibilitaram “análises sobre o impacto da produção capitalista na estrutura socioeconômica do mundo agrário”. O autor observa ainda que esses estudos foram inicialmente direcionados para a Europa, através do contexto histórico da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, e com o passar do tempo, foram se direcionando para outras regiões do globo.

No que diz respeito a vida e a produção científica de Caio Prado Júnior, Luiz Bernardo Pericás na obra intitulada “Caio Prado Júnior: uma biografia política” (2016), apresenta Prado Júnior na sua forma política. Como o objetivo deste trabalho não é escrever sobre a vida de Prado Júnior, mas sim as contribuições de sua análise para a questão agrária no Brasil, a obra de Pericás contextualiza o Brasil historicamente e os principais debates envolvendo o socialismo, período ditatorial, a criação do PCB, entre outros assuntos relevantes para essa temática de pesquisa.



## **4 A INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA**

Nesse capítulo será apresentado o processo de inserção do capitalismo industrial no Brasil, a introdução de políticas para o meio rural e o contexto atual do desenvolvimento rural e o processo de gestão pública no país.

### **4.1 CAPITALISMO INDUSTRIAL NO CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO**

Segundo Stedile In. Caldart et al (2012) a chegada do capitalismo industrial no Brasil foi a partir do ano de 1930 e, no decorrer desse processo, houve interferência não só na agricultura do país (no transcorrer do século XX), mas também em distintos outros aspectos de ordem: social, cultural, ambiental, política e econômica.

Para PEREIRA In. CALDART et al (2012) a chamada Revolução Verde vai ser disseminada no Brasil a partir da década de 1950, no período pós-guerra, tendo como objetivo aumentar a produção de alimentos para resolver o problema da fome. No entanto, o que ocorreu foi justamente o contrário, acirrou ainda mais as desigualdades sociais no campo através da dependência de insumos, da expulsão de mão de obra para as cidades urbanas, a introdução cultural invasiva e calamidades ambientais, entre outros tantos fatores.

O desenvolvimento tecnológico na estrutura agrária brasileira veio permeado de justificativas como a resolução de problemas de desigualdade e argumentos de que o aumento da produtividade na agricultura, através do uso intensivo da mecanização e dos agrotóxicos, resolveriam o problema agrário no país. No entanto, desencadeou consequências drásticas como o êxodo rural e problemas ambientais tanto para o meio rural quanto no meio urbano (STEDILE In. CALDART et al, 2012).

Pesquisa coordenada pelo médico e pesquisador Wanderlei Pignati, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no período de 2000 a 2010, na região de monocultivo de soja do estado, revelou que até o leite materno de mulheres que vivem nas cidades da região estava contaminado por venenos agrícolas assimilados do meio ambiente, da água ou alimentos contaminados (STEDILE In. CALDART et al, 2012, p.645).

Na análise caiopradiana o desenvolvimento e o progresso tecnológico aprofundaram os problemas sociais, piorando ainda mais a vida dos trabalhadores do campo. O intelectual cita, como exemplo, o caso dos indivíduos que trabalhavam na lavoura canavieira, e em outras

culturas, para ressaltar as inúmeras dificuldades apresentadas com a chegada do pacote tecnológico.

Aquele progresso foi acompanhado de uma concentração ainda maior da propriedade fundiária, e pois da riqueza; e a expansão das lavouras de cana necessárias para o adequado abastecimento em matéria-prima das modernas e imensas usinas foi reduzindo o espaço antes ocupado por culturas de subsistência mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial do seu sustento. Agora eles se veem na contingência de adquirir os seus alimentos em proporção crescente no comércio, e a preços relativamente elevados em confronto com o acréscimo de salário obtido em compensação pela perda do direito de terem suas próprias culturas. Seu padrão e condições de vida, portanto, se agravaram (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 303).

Assim, além desses fatores apontados no que diz respeito as condições de trabalho da população do campo, sendo a base central das inquietações apontadas por Caio Prado, a análise do intelectual sobre as percepções através das mudanças tecnológicas que estão ocorrendo na agricultura brasileira são bem claras e pontuais. Assim, “é precisamente nas regiões e zonas de maior progresso e desenvolvimento que se observa um processo de concentração mais acentuado e de predomínio cada vez maior da grande exploração” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 354).

O processo de modernização da agricultura vem acompanhado de nomenclaturas, que estavam se constituindo nas décadas de 1960 e 1970, como “empresa agropecuária” e “empresário rural”. O direcionamento do projeto da industrialização agrária estava voltado para “a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e a farta concessão de créditos e subsídios por parte do Estado” (MENDONÇA, 2010, p.55) destinados a mecanização da agricultura para grandes produtores rurais.

Castro (2019) salienta que durante o período ditatorial são criadas políticas e órgãos com o objetivo central de modernização da agricultura, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965 com o desígnio de conceder crédito agrícola destinados a compra de insumos, tratores, colheitadeiras, fertilizantes, sementes modificadas e agrotóxicos. É criado em 1974 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para assessorar na pesquisa tecnológica para o aumento da produtividade na agricultura. Entretanto, esses investimentos geraram dívidas para o Estado que se agravaram com as duas crises do petróleo entre os anos 1973 e 1979 e a “consequente escalada de juros internacionais”. (CASTRO, 2019, p. 56). Assim, a partir da década de 1980 foi extinto órgãos e programas de governo como consequência desse processo de crise e de mau gerenciamento dos recursos. Além disso, a infraestrutura criada no regime militar não favoreceu na geração de empregos na agricultura, mas sim resultou na expulsão de trabalhadores do campo, acentuando ainda mais “a violência no campo” e os problemas sociais (CASTRO, 2019, p.57).

## 4.2 DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA ATUALIDADE BRASILEIRA

A década de 1980 é permeada pelo contexto dos movimentos e organizações sociais do campo como o MST, MAB, CUT, DNRT, CONTAG,<sup>12</sup> entre outras. Além dessa reorganização política e social, há posteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988, fato que desencadeia o processo de redemocratização no país (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Se constitui, nesse contexto, o PRONAF (em 1995), além da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário através da reivindicação dos movimentos sociais do campo. Há que ressaltar, entretanto, que o contexto político perpassa pelo processo neoliberal, nos governos de Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, ocasionando a redução do papel do Estado na economia (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O processo de redemocratização no país fortaleceu a reivindicação dos movimentos sociais na busca de ações e políticas para o desenvolvimento rural, pois a agricultura familiar havia sido excluída da política de créditos agrícolas por esse recurso ter sido destinado, prioritariamente, para a modernização da produção em larga escala no contexto da ditadura militar. No entanto, as mudanças sociais são processuais assim como a inserção de políticas públicas para o meio rural.

Para José Graziano da Silva (2001) a política de crédito rural está alicerçada em três grupos: latifundiários, indústria e bancos. Os latifundiários são favorecidos pelos créditos rurais por ter recursos para a compra de grandes maquinários como tratores e colhedoras, além do uso constante de adubos e defensivos agrícolas, sendo vantajoso para a indústria a venda desses produtos. Já os bancos dão preferência aos grandes produtores, dificultando o acesso através da burocracia de crédito para a agricultura de pequeno porte, “porque o custo operacional de financiamento, por exemplo, de mil cruzeiros é o mesmo que o de um bilhão” (SILVA, 2001, p. 96). Assim, nesse ciclo econômico, os três grupos (latifundiários, indústria e bancos) foram e ainda são favorecidos constantemente pela facilidade de captação de recursos financeiros.

Grisa e Schneider (2015) apontam que no contexto da década de 1990 a grande protagonista do processo de redemocratização é a agricultura familiar, fruto do novo contexto

---

<sup>12</sup> “No âmbito da agricultura familiar destacaram-se as mudanças na forma de atuação da CONTAG; a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e, nesta, a conformação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) em 1988; a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984; a institucionalização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 1991, os quais vinham atuando desde o final da década de 1970; e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.25).

social que está se reorganizando em um modelo político com mais participação da sociedade civil. Neumann, Fajardo e Marin (2017) expõem que a década de 1990 é permeada de problemas similares ao período de 1970 no que tange a concentração fundiária, na marginalização da agricultura familiar e na forma como ainda o desenvolvimento agrícola é confundido com o desenvolvimento rural. Entretanto, os autores consideram o contexto histórico, através da Constituição de 1988, como um novo patamar de “transformações político-institucionais”, exigindo do Estado maior descentralização política através da abertura da participação social “na criação e supervisão de políticas públicas”. Nesse sentido, “o Estado transfere parcelas de seu poder/responsabilidades para a sociedade civil” (NEUMANN; FAJARDO; MARIN, 2017, p.198).

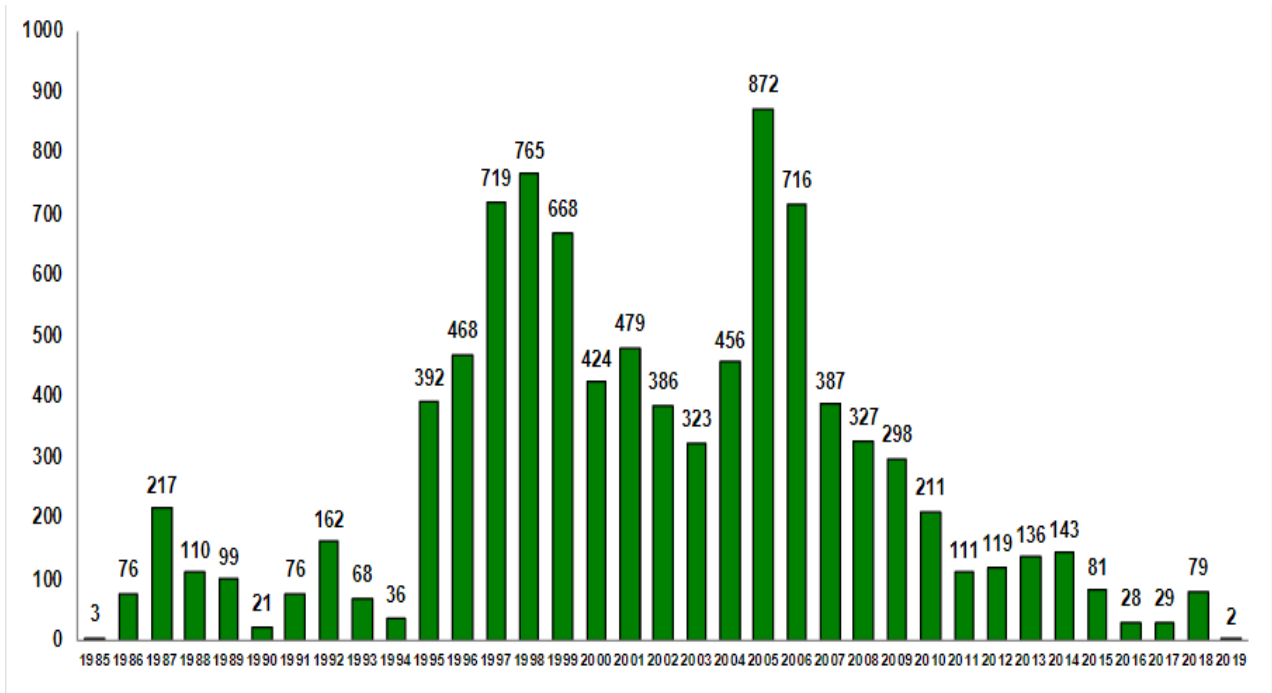
No que se refere ao processo de assentamentos de reforma agrária, no governo de Fernando Henrique, entre os anos de 1995 e 1997, houve 92.984 mil famílias assentadas e, nos anos seguintes, até 2003 esse número foi reduzindo. Em 2005, no governo Lula, há um crescimento passando para 104.197 famílias assentadas, sofrendo outra redução nos anos seguintes no segundo mandato de Lula e no governo de Dilma (DATALUTA, apud GRISA; SCHNEIDER, 2015), devido esses governos terem preferido proporcionar aos assentamentos existentes, melhores “condições de infraestrutura e de produção, enquanto a criação de novos foi posta em um segundo plano, realizada fundamentalmente com a incorporação de terras públicas nas regiões norte e nordeste” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.30).

No período mais recente, observa-se o aprofundamento da crise da reforma agrária no Brasil, conforme o Gráfico 1 abaixo, o ano de menor número de registro de assentamentos foi em 2019, com apenas duas ocorrências. Segundo Fernandes et al (2020), os dois assentamentos criados nesse período não estavam na política de governo de Bolsonaro, por ser áreas que já delimitadas anteriormente pelo Programa Nacional da Reforma Agrária, tais como a comunidade quilombola Povoado Forte (Sergipe, delimitado em 2017) e o Quilombo Invernada Paiol de Telha-Fundão (Paraná, delimitada em 2014). Ou seja, “dois territórios conquistados depois de décadas de lutas das comunidades” (FERNANDES et al, 2020, p.343).

Observa-se ainda no gráfico, que no início do processo de redemocratização (de 1985 a 1994) o número de assentamentos agrários é muito limitado. O número começa ganhar uma certa expressão a partir do ano de 1995, no governo FHC, fruto do processo de maior participação e reivindicação dos movimentos sociais do campo. Nos anos seguintes há uma redução significativa (de 2000 a 2004), alcançando seu ápice no governo Lula (em 2005). Após esse período, o número de assentamentos foram reduzindo novamente, em mais da metade a partir de 2007, sendo um percentual tímido no governo de Dilma (entre os anos 2011 e 2016),

marcado por um governo com pressão partidária e de golpe no que tange às alianças com a direita (PMDB). No governo de Michel Temer, principalmente nos anos de 2016 e 2017 a reforma agrária vai ser ainda mais restrita, sendo praticamente anulada no governo de Bolsonaro.

**Gráfico 1 - Número de assentamentos agrários criados no período entre 1985 e 2019**



Fonte: DATALUTA, 2019

Sobre a questão do acesso aos alimentos da população brasileira na atualidade, segundo o relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN); no período compreendido entre novembro de 2021 e abril de 2022 (ver tabela 1), realizado com 12745 domicílios distribuídos nas vinte e sete unidades federativas do país; 30,01% dos domicílios apresentaram restrição quantitativa de alimentos, enquanto que 15,5% conviviam com a fome (em termos quantitativos são 125, 2 milhões de pessoas com nível de insegurança alimentar e 33 milhões de pessoas que passam fome). Outro fator apontado na pesquisa é que a desigualdade de acesso aos alimentos ocorre na maior parte na zona rural (18,6% dos que passam fome), e principalmente nas regiões Norte (25,7%) e Nordeste (21%) do Brasil. Além disso, 43% das famílias que passam fome recebem até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, atingindo essencialmente mulheres (que são as responsáveis pelo sustento da família) de cor preta ou parda. (II VIGISAN, 2022).

**Tabela 1 - Níveis de Insuficiência Alimentar no Brasil**

| <b>Período</b>                   | <b>Total de domicílios pesquisados</b> | <b>Domicílios que apresentaram restrição quantitativa de alimentos</b> | <b>Domicílios em situação de fome</b> |
|----------------------------------|--|--|---------------------------------------|
| Novembro de 2021 a abril de 2022 | 12745                                  | 30,01%   | 15,5%                                 |

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados da II VIGISAN, 2022.

Esses dados são impactantes e revelam um país ainda mais desigual no pós pandemia. Para além da crise sanitária, a falta de políticas públicas do governo Bolsonaro agravou ainda mais a fome no Brasil. A pesquisa da Rede PENSSAN demonstra o quanto ainda a população do meio rural e as mulheres são as mais atingidas pela falta de acesso aos alimentos. O denominado Auxílio Brasil não foi suficiente para mitigar a crise econômica que se espalhou pelo país. Outro fator importante apontado nessa mesma pesquisa, mas utilizando do aporte dos dados do IBGE, comprova que os índices de segurança alimentar já vinham diminuindo antes do período pandêmico. Em 2013, 77,1% da população brasileira estava vivendo com segurança alimentar, passando para 63,3% em 2018 (uma redução de 13,8% em apenas cinco anos). Esses dados ainda são mais alarmantes, na última pesquisa do II VIGISAN (2022), no qual detectou entre 2021 e 2022 a baixa da segurança alimentar para 41,3%. Ou seja, em apenas dois anos, houve um decréscimo de 22% na segurança alimentar da população. Essa piora nos dados estatísticos demonstram o aprofundamento da crise social que “em curso desde 2016, impactou direitos sociais, econômicos e ambientais, com incidência especialmente grave no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A má gestão pública da pandemia no Brasil é um fator agravante desse cenário pré-existente” (II VIGISAN, 2022, p.21).

**Tabela 2 - Percentual da Segurança Alimentar da população brasileira**

| <b>2013</b> | <b>2018</b> | <b>2021/2022</b> |
|-------------|-------------|------------------|
| 77,1%       | 63,3%       | 41,3%            |

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados da II VIGISAN, 2022.

Além dessas questões, foi apontado no último Censo Agropecuário de 2017, uma redução de 1,5 milhões de pessoas ocupadas em relação à pesquisa realizada em 2006. Já no

que se refere ao uso de tratores houve um crescimento de 49,9% no mesmo período comparado. Além do aumento de 20,5% no uso de agrotóxicos em relação a 2006 (IBGE, 2022). Esses dados demonstram os efeitos da Revolução Verde se fortalecendo na atualidade brasileira.

Percebe-se, através dessas pesquisas, que há no Brasil uma ascensão da miserabilidade, da falta de acesso a alimentação, aumento do desemprego e de uma estrutura cada vez mais limitante de reforma agrária, advindos da precariedade das políticas públicas na atualidade brasileira. E assim, como Caio Prado Jr já apontava, na década de 1960, “a questão agrária marcha muito lentamente na generalidade do país. E continuará assim por muito tempo, até que as forças políticas populares e de esquerda se decidam intervir acertadamente no assunto” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 428).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho observou-se que a questão agrária no Brasil ainda não foi resolvida e está longe de ser superada essa problemática social; fruto de uma construção histórica no qual, como apontado por Caio Prado Jr, de um passado escravagista fundado no monopólio da terra e voltado para a exportação de monocultura; é necessário, assim, o fortalecimento de políticas públicas e a participação política e social na atualidade brasileira para o desenvolvimento rural.

Estudar a questão agrária deve ser fonte de intenso debate e de estudo nos meios acadêmicos, nos partidos políticos, nos movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e nas escolas de educação básica. Não deve ser restrito a preocupação às pessoas que vivem no campo, há que sim superar essa barreira que separa o rural e o urbano, pois as problemáticas sociais não estão divididas entre “dois mundos distintos”, elas se complementam e se relacionam constantemente.

A questão agrária é um conceito mais profundo e de acordo com o pensamento caiopradiano deve ser pensada em um conjunto de esferas que se relacionam entre si. Quando o intelectual defendeu a legislação social trabalhista como prioridade, não estava contrariando a política de reforma agrária (assim como foi mal compreendido na atuação do PCB), mas elencando como a participação da população trabalhadora do campo iria ser mais atingida socialmente. Julgava ser necessário e urgente que houvesse um aparato legal que defendesse e colocasse em prática melhores condições de vida e de trabalho para a população rural.

A população do campo, na atual conjuntura brasileira, ainda enfrenta maior desigualdade e falta de acesso a alimentação, trabalho e escolaridade. As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural foram arrefecidas no decorrer dos últimos anos e aniquiladas na gestão de Bolsonaro, através de um viés partidário de extrema direita que renega o direito à terra aos povos indígenas, quilombolas e a população do campo. Além desses fatores, há um posicionamento no atual governo da não defesa ao meio ambiente. Nesta esfera, deve-se questionar o conceito de desenvolvimento rural no período que emergiu no Brasil a Revolução Verde (e suas consequências) e como os estudiosos o apresentam na atualidade para perceber que o desenvolvimento rural que a sociedade necessita hoje não é o mesmo estabelecido no contexto da década de 1960.

Kageyama (2004) observa que o desenvolvimento rural apresenta uma dinamicidade na sua estrutura, devendo ser analisado por uma lógica multissetorial, ao qual a autora percebe como distintas atividades produtivas (pluriatividade) no espaço rural e não restrito somente a



atividades agrícolas. Outro apontamento destacado pela autora é a relação das distintas funções no desenvolvimento rural, ao qual ela apresenta como multifuncional. Ou seja, o conceito deve apresentar a função social, produtiva e ambiental. Nesse sentido, o desenvolvimento rural estabelece conexões e atua na sociedade conforme as políticas públicas são direcionadas a fim de resolver os problemas da questão agrária.

Os estudos de Caio Prado são de suma importância para compreender a questão agrária na atualidade brasileira. Embora o intelectual fosse ligado ao partido PCB, ele seguiu uma dinamicidade própria e autônoma na interpretação sobre a questão agrária no Brasil. Nesse sentido, não ficou sujeito a uma análise eurocêntrica voltada para a interpretação de contextos históricos diversos da realidade brasileira, assim como defendia o partido sobre a existência de uma estrutura agrária feudal no Brasil. A análise caiopradiana que contestou essa visão foi essencial para perceber que havia no Brasil distintas relações de trabalho, de acordo com a amplitude geográfica e o tipo de cultura estabelecida em cada região. No entanto, o que existiu historicamente no Brasil foi a escravidão e, após a abolição, de maneira geral, o trabalho assalariado.

Ao observar a formação histórica da questão agrária no Brasil percebe-se o porquê da existência da concentração fundiária, da desigualdade do campo e da cidade, da falta de oportunidades para os pequenos produtores e do agravamento da crise social através do desemprego e da fome no país. Quando se debatia o desenvolvimento rural, enquanto progresso econômico, era voltado para suprir a industrialização do campo através de modelos tecnológicos que trouxeram severas consequências para o/a trabalhador/a rural.

Por falta de acesso a uma política pública que beneficiasse a agricultura familiar, as cidades urbanas sofreram um aumento significativo de indivíduos que não se inseriam no mercado de trabalho (o chamado êxodo rural). É a partir da década de 1990 que os estudos sobre o desenvolvimento rural retornam ao debate, como uma forma de buscar uma alternativa para os problemas sociais do campo. O conceito passa a ser rediscutido, e no decorrer da análise mais contemporânea, percebe-se que o desenvolvimento rural deve atingir e resolver os problemas da sociedade e não estar restrito a uma minoria de indivíduos privilegiados. Entretanto, para que isso aconteça na prática é necessário a participação social na busca efetiva de seus direitos, assim como foi registrado no pensamento caiopradiano.

Este trabalho foi um recorte sucinto da questão agrária no Brasil a partir da análise de Caio Prado Júnior. No decorrer da pesquisa observou-se a importância da temática e o quanto ela precisa ser revisitada constantemente. Nesse sentido, há muitos outros elementos importantes que precisam de continuidade nos estudos sobre o tema, como por exemplo, a

questão trabalhista no meio rural delimitando o tempo e o espaço, assim como foi apresentado na obra caiopradiana, no contexto em que foi escrita, as distintas relações de trabalho existentes no Brasil. Além disso, se faz necessário uma leitura mais apurada de outras obras do autor para relacionar com a temática da questão agrária, relacionando com distintos (as) intelectuais da contemporaneidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Amilton de; Wellen, Henrique WELLEN. Caio Prado Júnior e a Questão Agrária no Brasil. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018. Disponível em:

<[ekeys,+CAIO+PRADO+JÚNIOR+E+A+QUESTÃO+AGRÁRIA+NO+BRASIL \(1\).pdf](#)>  
Acesso em: 23 abr 2022.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BRASIL/PLANALTO. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de setembro de 1946). Disponível em:< [Constituição46 \(planalto.gov.br\)](#)> Acesso em: 03 jul 2022.

BEROLDT, Leonardo [et al] (Org.). Origens da formação agrária sul-rio-grandense no contexto brasileiro. In. **Seminário Integrador I**. ANDREATTA, Tanice; BEROLDT, Leonardo; WANDSCHEER, Elvis Albert Robe. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz; HAAS, Jaqueline Mallmann; FENNER, Roniere dos Santos. **Desenvolvimento Rural no Brasil**. Quais são as ações e quem as formula? Uma análise a partir das redes e dos movimentos sociais. Ignis/Çaçador/V1/nº 1/jan/jul/2012. Disponível em:<<https://periodicos.uniarp.edu.br>> Acesso em: 11 jul 2022.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). In. STEDILE, João Pedro. **Dicionário da Educação do Campo**. Reforma Agrária. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, César Nunes de. **Desenvolvimento Rural e o Estado Brasileiro**. Boletim regional, urbano e ambiental| jul./dez. 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9660/1/BRUA21\\_Ensaio4.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9660/1/BRUA21_Ensaio4.pdf)> Acesso em: 10 jun 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; JUNIOR, João Cleps; FILHO, José Sobreiro; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. **A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020.ISSN: 2176-5774. Disponível em:<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787/5874>> Acesso em 15 jul 2022.

FIORINI, Vanessa. **A Questão Agrária no Brasil: da invasão ao século XXI uma história de espoliação**. Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 1 p. 10 – 28, jan/jun de 2022. ISSN: 2764-3174.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8.html>> Acesso em 15 jul 2022.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2019/10/Desenvolvimento-rural-conceito-e-medida-2004.pdf> Acesso em: 06 abr 2022.

KÜHN, Daniela Dias. **Desenvolvimento Rural: Afinal, sobre o que estamos falando?** Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 20, nº 2, p. 11 - 30, maio/ago. 2015. Disponível em:< <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/4246>> Acesso em: 06 abr 2022.

LATINAAMERICANA, Enciclopédia. **João Pedro Stedile**. Disponível em:< <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/s/stedile-joao-pedro>> Acesso em: 03 mai 2022.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. MENDONÇA, Sonia Regina; STEDILE, João Pedro (Org.), 2º edição, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2013.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sergio; MARIN, Mario Zasso. **As transformações recentes no Espaço Rural Brasileiro: Análises do papel do Estado nas políticas de Desenvolvimento Rural Das Décadas de 1970 A 1990**. R. Ra'e Ga DOI: 10.5380/raega Curitiba, v.40, p. 191 -208, Ago/2017 eISSN: 2177-2738. Disponível em:< <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/46300/32974>> Acesso em: 11 jul 2022.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde**. Com Ciência, nº 120, Campinas, 2010. Disponível em: < [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt)> Acesso em: 10 jun. 2022.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão Agrária no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. Relações de trabalho: colonos, parceiros e camaradas. pp. 105-114. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponível em:< [piori-9788576285878-09.pdf](http://piori-9788576285878-09.pdf) (scielo.org)> Acesso em: 30 jun 2022.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. **Aspectos Históricos da Questão Agrária no Brasil**. Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA – Vol. 2 N. 1 (JUNHO, 2016), p. 75-86. Disponível em: <[2963-Texto do artigo-15499-1-10-20161129 \(1\).pdf](#)>. Acesso em: 25 abr 2022.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil:** o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCww9DKsFWZZhv/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 13 abr 2022.

SANTOS, Selma de Fatima. **A Questão Agrária no Brasil:** da Revolução Verde ao Agronegócio. In. Questão agrária, cooperação e agroecologia. NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais. (Organizadores) 3ª Edição - Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia.** Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 119-156. Disponível em:<  
<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/108/104>> Acesso em: 22 jun 2022.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** 4 edição. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1981. Disponível em:  
<<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/legislacao/artigos/O%20QUE%20E%20QUESTAO%20AGRARIA.pdf>> Acesso em: 24 abr 2022.

SILVA, Ligia Osorio. **As leis agrárias e o latifúndio improdutivo.** São Paulo em Perspectiva, 11 (2) 1997. Disponível em:<  
[https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica\\_Agraria/7SILVALigiaOsorio.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7SILVALigiaOsorio.pdf)> Acesso em: 12 jun 2022.

SILVA, Ricardo Oliveira da. **Marxismo e Escrita da História:** Os intelectuais e a questão agrária no Brasil (1950/1960). 1º edição. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2018.

\_\_\_\_\_ **A Questão Agrária Brasileira em debate (1958-1964):** As perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passo Guimarães. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS: 2008. Disponível em:< [000650029.pdf](#) (ufrgs.br)> Acesso em:30 jun 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. In. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.** SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

STEDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil:** o debate na esquerda – 1960 - 1980. Douglas Estevam (assistente de pesquisa), 2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2022.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica:** princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <[2336-Texto do Artigo-8432-1-10-20210308 \(1\).pdf](#)> Acesso em: 03 mai 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade / Maria de Nazareth Baudel Wanderley. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232612/000740449.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 24 abr 2022.

**II VIGISAN:** Relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.